

AS CONTRADIÇÕES DO “NOVO NORMAL” E OS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO E NA VIDA DAS MULHERES

Daniele Kelly Lima de Oliveira¹
Geysse Gadelha Rocha²
Iana Jessica Ximenes Paiva³
Manoela Galeno Soares⁴

RESUMO

Nesse artigo propomos a reflexão sobre a nova forma de trabalho: o *home office* que colabora com a intensificação da extração da mais valia, conseqüentemente exploração da classe que vive do trabalho. Compreendendo que essa classe é composta majoritariamente por mulheres que estão na linha de frente contra a Covid-19 entendemos que é necessário propiciar um espaço de debate para que possamos buscar meios para compreender e superar os mecanismos de exploração do trabalho, de forma especial, dando destaque à exploração do trabalho feminino. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, os debates realizados no Grupo de Estudos Lutas Universitárias, Trabalho e Educação (GELUTE/UVA) e no Grupo de Pesquisas e Estudos Educação, Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Diversidade (GPEEMPODERAR), ambos sediados no curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), em Sobral/CE. Nossas análises estão baseadas nos documentos da ONU, IBGE, OIT e nas obras de pesquisadores como Ricardo Antunes (2020), Mészáros (2011) e Marx e Engels (2005) e Marx (2013). Concluímos que devemos lutar por uma outra forma de sociabilidade, que seja voltada para satisfação das necessidades humanas e sociais.

Palavras-chave: Pandemia. Educação à Distância. Precarização do trabalho. Mulheres trabalhadoras.

¹Professora adjunta da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (PPGEB/UFC). Coordenadora dos grupos de estudos Gramsci e a formação do educador (UVA), Grupo de Estudos Lutas Universitárias, Trabalho e Educação (GELUTE/UVA) e do Grupo de Pesquisas e Estudos Educação, Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Diversidade (GPEEMPODERAR). E-mail: dankel28@yahoo.com.br;

²Pós-Graduanda em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade de Quixeramobim. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) membro dos grupos de estudos Gramsci e a formação do educador, Pesquisadora do Grupo de Pesquisas e Estudos Educação, Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Diversidade (GPEEMPODERAR). E-mail: geyssegadelhar@gmail.com;

³Pós-Graduanda em Gestão, Supervisão e Coordenação Escolar pela Faculdade das Américas – FADAM. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Membro do grupo de estudo Gramsci e a formação do educador/UVA. Pesquisadora do Grupo de Pesquisas e Estudos Educação, Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Diversidade (GPEEMPODERAR). E-mail: ianajessica42@gmail.com;

⁴Pós-Graduanda em Gestão, supervisão, direção escolar pela Faculdade Itapuranga - FAI. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), membro dos grupos de estudos Gramsci e a formação do educador, Pesquisadora do Grupo de Pesquisas e Estudos Educação, Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Diversidade (GPEEMPODERAR). E-mail: manoela.galeno@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O ano de 2020 iniciou-se com dois marcantes fenômenos sociais, o aprofundamento da crise econômica e a pandemia do novo Corona vírus. De um lado a crise estrutural do capital, como denomina Mészáros (2013), intensificou a precarização no mundo do trabalho, afetando diretamente aqueles que vendem sua força de trabalho para sobreviver, de outro lado a pandemia evidenciou e colaborou com a agudização dessas precárias condições de trabalhadores, pois a rápida proliferação da Covid-19 em poucos meses, elevou o índice de mortalidade em todo o mundo, e ampliou o empobrecimento da classe trabalhadora.

Nesse cenário, vivenciamos um processo de desumanização do gênero humano. Com o avanço tecnológico o sistema capitalista vestiu novas roupagens, mas conservando sempre sua essência, percebemos isso por exemplo com a desproletarização do trabalho como alerta Antunes (2020), que consistiu na redução do trabalhador industrial e fabril, e intensificação do trabalho flexível, informal, terceirizado, intermitente e etc, ou seja, com essas novas modalidades de trabalho, a humanidade experimenta as condições de uberização do trabalho, uma era digital que conecta os serviços através de aplicativos e plataformas, e não só precariza, mas desumaniza a humanidade.

Ao iniciar seus estudos acerca do modo de produção capitalista Marx e Engels (2005), já afirmavam que o capitalismo busca sempre novas formas de exploração e uma das maneiras que ele encontra para materializar isso atualmente é através do crescimento da *Indústria 4.0*, como afirmam Antunes e Braga (2009). Na era da automação, que na prática funciona também a partir do trabalho explorado, o avanço tecnológico, que poderia propiciar à humanidade maior tempo livre, acaba sendo utilizada para aprofundar mais ainda a exploração, pois segue dentro da lógica maior do sistema capitalista.

Para isso, estratégias como a educação à distância entram em cena, e nessa pandemia o teletrabalho ganha força no âmbito da educação, com uma aparência de um modelo de inclusão, entretanto algumas contradições podem ser observadas. Na educação pública encontramos casos nos quais a isenção por parte do Estado no que se refere à concessão dos meios básicos que garantam o acesso de estudantes gera uma

expectativa na sociedade civil de que professoras e professores deem conta dessa carência com seus próprios recursos, ou seja, observa-se uma transferência de responsabilidade que não é devida. Nesse mesmo viés há ainda a exigência de que estudantes possam realizar um “esforço” que garanta sua formação, sem considerar as condições econômicas e sociais dos discentes.

Além da questão de classe que pode ser observada na relação de agudização das precárias condições no mundo do trabalho e a pandemia do novo Corona vírus, há também a questão de gênero. De acordo Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (ANESP) (2020) 70% da força de trabalho que está na luta para vencer a covid-19 é feminina.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), 40% de todas as mulheres empregadas trabalham nos quatro setores mais atingidos pela crise, em comparação com 36,6% dos homens. É possível notar que a sobrecarga de trabalho doméstico, a exposição à violência e a vulnerabilidade econômica atingem brutalmente a vida de milhares de mulheres sejam trabalhadoras formais ou informais. Sendo que grande parte das mulheres ocupam vagas de empregos na informalidade ou em trabalhos extremamente explorados, como é o caso das trabalhadoras domésticas no Brasil.

Cabe também destacar, que as mulheres estão na linha de frente no combate a covid-19, sendo que grande parte delas são enfermeiras. Outra área bastante atingida nesse período pandêmico é a Educação. Os docentes, principalmente as mulheres, estão cada vez mais sobrecarregadas pelas atividades escolares e ainda precisam dar conta de cuidados com os filhos, da casa e até mesmo do companheiro, pois historicamente, principalmente nas sociedades de classe, foi construída a falsa ideia de que as mulheres teriam uma “aptidão natural” para as atividades domésticas e o cuidado com o outro, o que acaba gerando doenças, ansiedade e medo, favorecendo a lógica do patriarcado e do capitalismo que fez das mulheres reféns em trabalhos precarizados e subalternizados.

O teletrabalho ou *home office* feito hoje pelas professoras é uma das formas de precarizar o trabalho das mulheres, pois as deixam em uma posição ainda mais desigual dentro da sociedade, uma vez que para a lógica do capital e do patriarcado é interessante o processo de romantização do trabalho feminino, expresso algumas vezes por exemplo pelo termo “mulher guerreira”, atribuindo à mulher a responsabilidade de ser uma

grande heroína na superação dessa crise, mas não dizem que é apenas para favorecer as estruturas patriarcais e destrutivas da força de trabalho da mulher.

Esse artigo pretende refletir sobre a nova forma de trabalho: o *home office* que tem intensifica a extração da mais valia, conseqüentemente exploração da classe que vive do trabalho. Essa classe que é formada majoritariamente por mulheres, que nessa pandemia veio por deflagrar e denunciar o que já tínhamos antes do chamado “novo normal”, que tem estampado o rosto da precarização do trabalho, uma das formas de modalidade à distância e um dos gêneros mais atingidos: a mulher.

A importância desse artigo pauta-se pela necessidade de propiciar um espaço de debate para que possamos buscar meios para compreender e superar os mecanismos de exploração do trabalho, de forma especial, dando destaque à exploração do trabalho feminino.

METODOLOGIA

O presente artigo fez o percurso metodológico à luz do materialismo histórico dialético buscando fazer uma análise histórica do objeto investigado. O tipo de abordagem é qualitativa, de natureza básica, no procedimento técnico: bibliográfica e documental, e explicativa quanto aos objetivos.

Os debates realizados nos grupos de estudos Lutas Universitárias, Trabalho e Educação (GELUTE), e no Grupo de Pesquisas e Estudos Educação, Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Diversidade (GPEEMPODERAR) contribuíram de forma significativa para a problematização e reflexão acerca desta temática. Os grupos acima citados estão sediados na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), localizada na cidade de Sobral, região Norte do Estado do Ceará.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tendência visível no atual contexto de pandemia do novo Cororna vírus é intensificar a exploração e precarização da força de trabalho, percebe-se que a conjuntura pandêmica tem uma evidente classificação de classe, gênero e raça. Nas periferias dos centros urbanos temos uma massa de pessoas, na maioria das vezes, sem condições mínimas de sobrevivência, lutando para manter a subsistência, vivenciando a

falta de comida na mesa, habitação, recursos de saúde, e de direitos sociais. Enquanto que de outro lado, uma pequena parcela da sociedade usufrui de todos os privilégios, como recursos hospitalares, habitação, condições de trabalho, ou seja, podendo fazer as melhores escolhas de sobrevivência diante do contexto pandêmico.

Tudo isso estampa uma profunda contradição e coloca a classe trabalhadora em sua totalidade sob o fogo cruzado como afirma Ricardo Antunes (2020), pois é necessário que haja o isolamento para que não ocorra o risco de contaminação, sem isso a classe trabalhadora será cada vez mais contaminada e morrerá à míngua. Mas como poderão ficar em isolamento os subutilizados, os terceirizados, os uberizados, os desempregados, os informais, entre outros? Ou seja, aqueles que não têm direitos sociais garantidos e só recebem pela prestação de serviços executados? Isto é, a classe que vive do trabalho e que precisa sobreviver. Vale pensarmos acerca do funcionamento desse sistema hegemônico dentro do capitalismo:

Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, “totalitário” – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos. (MÉSZÁROS, 2013, p. 93)

Para o capital e sua lógica destrutiva era preciso combinar a redução da força de trabalho, e expandir os novos modelos de trabalhos informais, precarizados e flexíveis, assim garantem uma massa de trabalhadores sempre disponível para o mercado de trabalho, desprovido de direitos, sem limites de metas e torcendo para manter-se ou ter trabalho. E isto sob a propagação de um discurso de “modernização” e “empreendedorismo”, quando na verdade o objetivo é privatizar os lucros e socializar os prejuízos.

Um grupo cada vez mais minoritário estará no topo dos assalariados. Entretanto, a instabilidade poderá levá-lo a ruir face a qualquer oscilação do mercado, com seus tempos, movimentos, espaços e territórios em constante mutação. A esses se somam ainda uma massa de “empreendedores”, uma mescla de burguês-de-si-próprio e proletário-de-si-mesmo (ANTUNES, 2018, p. 33)

O capital pandêmico vem com uma proposta explícita: penalizar as classes sociais, com mais desemprego e mais desigualdade social, ou seja, intensificar e potencializar as formas de exploração do trabalho nos diversos setores da economia.

E com essas novas formas de exploração conduz uma nova modalidade de trabalho, o *home office*, que ganhou força na pandemia do novo Corona vírus, pois muitos saem em defesa da adoção do “escritório em casa”, principalmente as corporações, que se caracterizam por pensar o trabalhador sendo responsabilizado pelas despesas, estrutura de trabalho, além de administrar a relação casa e trabalho e a sobrecarga que essa forma de trabalho aprofunda ainda mais as demandas *on-line*. Essa modalidade de teletrabalho, que nos exige uma presença virtual, que para maioria, se torna uma presença 24 horas, exigindo que se esteja vigilante para atender os chamados que a empresa faz:

O capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga. O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou do trabalhador. Se este consome seu tempo disponível para si mesmo, ele furta o capitalista. (MARX, 2013, p. 222)

Como bem explicita Marx (2013) sobre o tempo que o trabalhador tira para si e sob a forma que o capital age, como um vampiro, que nem mesmo a subjetividade do trabalhador é respeitada, quando o tempo para ele não é poupado.

Esse contexto nos lembra a modalidade de ensino da educação à distância, que já era existente como alternativa antes da pandemia e que agora teve seu uso indicado como obrigatório, uma forma de substituição da presença física pela virtual. Defendido pelo decreto publicado em 17 de março de 2020, concretizaram-se as aulas remotas emergenciais como meio de substituição das aulas presenciais:

Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. (BRASIL, 2020)

Ricardo Antunes analisa esse novo quadro dos trabalhadores:

[...] no caso dos professores, é o EAD (ensino à distância). Prática que vem sendo amplamente adotada, especialmente pelas faculdades privadas, que dela se utilizam para reduzir o corpo docente, intensificar o labor e aumentar lucros, portanto o que se tem é mais

flexibilização, mais informalidade, mais intermitência, mais terceirização, mais *home-office*, mais teletrabalho, mais EAD, mais algoritmos comandando as atividades humanas. (ANTUNES, 2020, p. 20)

E sobre a defesa dessa nova modalidade temos o aspecto que dão à educação, a obrigação de abranger todos os problemas sociais, dessa forma os profissionais de educação se tornam responsáveis, ou seja, jogam essa responsabilidade de intervir e dar condições para acesso à educação quando na verdade:

O discurso vigente em torno da EaD imprime a falsa aparência de que a disseminação dessa modalidade irá ampliar o acesso à educação nos países periféricos. Entretanto, esta “constitui-se em mais uma estratégia de mercantilização da educação, configurando-a como um promissor ‘mercado educacional’, principalmente para os empresários estadunidenses e europeus” (SOUSA *apud* LIMA, 2009, p. 1).

Essa prática é mais uma maneira que a estrutura capitalista encontra para cada vez mais explorar a classe que vive do trabalho intensificando a extração da mais valia.

A tendência, visível bem antes da explosão da pandemia, era clara: redução do trabalho vivo pela substituição das atividades tradicionais por ferramentas automatizadas e robotizadas, sob o comando informacional-digital. Isso torna o trabalho vivo mais “residual” nas plantas digitalmente mais avançadas e o empurra para as atividades ditas “manuais” (na melhor das hipóteses) ao mesmo tempo em que amplia o monumental exército sobrando de força de trabalho, que não para de se expandir nesta fase mais destrutiva do capital. (ANTUNES, 2020, p. 16)

Com isso, ampliando as formas contemporâneas e mais complexificadas de estranhamento e alienação do trabalho:

O trabalho assalariado, portanto, é condição *sine qua non* do processo de valorização e supõe necessariamente abstração e alienação do trabalho vivo. Por sua vez, a alienação do trabalho passa pela subtração de suas qualidades de maneira que estas possam ficar objetivadas nos meios de produção. Essa objetivação é fundamental para o processo de valorização, pois é a partir dela que é possível quantificar os elementos qualitativos do processo produtivo e, dessa forma, efetivar sua padronização e necessária simplificação, o que vai se refletir diretamente na redução do tempo de trabalho não pago e, conseqüentemente, no aumento daquele dedicado à produção de mais-valia.”(WOLFF, 2009, p. 94)

É o trabalho não pago que também vai caracterizar a produção da mais valia e isso influencia e distancia a possibilidade do trabalhador se reconhecer enquanto classe trabalhadora. Dissipando a visão de luta de classes, que seria a alternativa mais concreta para sair dessas formas de exploração e ser emancipado.

O Banco Mundial, como descreve Roberto Leher (1999), um novo senhor na Educação, nesse contexto de pandemia, saiu em defesa das aulas remotas, alegando os resultados de interromper o calendário escolar, que de fato é algo que a maioria não queria, mas diante de uma situação pandêmica temos outras questões que só a educação sozinha não irá solucionar:

O Banco Mundial defende que a interrupção do calendário escolar por tempo indeterminado causará perdas educacionais irreparáveis, em um cenário que o banco já caracterizava como sendo de crescente pobreza na aprendizagem (*learningpoverty*). Para mitigar estas supostas perdas, o banco recomenda que sejam fornecidas oportunidades de aprendizagem remota no período em que durar a interrupção das aulas. (COLEMARX, 2020, p. 6)

Já na perspectiva de classe a solidão do trabalhador, as negociações entre patrão e trabalhador sobre vida, salário, condições de trabalho ficam menos visíveis, mais escondidas, portanto o movimento coletivo, quando os trabalhadores estão ali, mesmo que nas reuniões que talvez pudessem reivindicar algo, em grupo fica mais silenciado no teletrabalho, fortalecendo assim o trabalho intermitente, aquele que o patrão, o dono da empresa chama quando quer, sem segurança e direitos trabalhistas, além disso, outro fator também importante a ser examinado é o enfraquecimento do movimento sindical. No texto da Reforma Trabalhista, a Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho declara:

§ 3º considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador [...] (BRASIL, 2017)

Além disso, o metabolismo de exploração atinge o corpo da classe trabalhadora e progressivamente a classe das mulheres brancas, e mais intensamente a classe de trabalhadoras negras, indígenas, refugiadas, LGTQI+, e etc. Então, mesmo que o discurso propagado seja de que todos estamos juntos nessa, sabemos que a pandemia tem classe, raça e gênero.

Nesse contexto com a explosão da pandemia do novo Corona vírus e as crises do capital, aliadas à desigualdade de gênero vem cada vez mais se aprofundando. As mulheres representam, em sua grande maioria, na informalidade e empregos domésticos.

As mulheres e os negros são mais presentes nas ocupações informais e precárias e as mulheres negras são a grande maioria no emprego doméstico, uma ocupação que possui importantes déficits no que se refere ao respeito aos direitos trabalhistas. (OIT, 2011, p. 3)

Segundo as estatísticas de gênero do IBGE (2018)

No Brasil, em 2016, as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos cerca de 73% a mais de horas do que os homens (18,1 horas contra 10,5 horas). Ao desagregar por região, verifica-se que a maior desigualdade na distribuição de horas dedicadas a estas atividades está na Região Nordeste, onde as mulheres dedicam cerca de 80% a mais de horas do que os homens, alcançando 19 horas semanais. O recorte por cor ou raça indica que as mulheres pretas ou pardas são as que mais se dedicam aos cuidados de pessoas e/ou aos afazeres domésticos, com o registro de 18,6 horas semanais em 2016.

Antunes afirma (2020) que antes da pandemia, mais de 40% da classe trabalhadora brasileira encontrava-se na informalidade ao final de 2019. Sendo assim, as mulheres estão mais sujeitas ao risco de perder a renda, de infecção e transmissão, pois são a maioria nos setores de trabalho doméstico, de saúde, educação e de assistência social. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) globalmente, quase 510 milhões ou 40% de todas as mulheres empregadas trabalham nos quatro setores mais atingidos crise, em comparação com 36,6% dos homens.

A sobrecarga de trabalho doméstico, a exposição à violência e a vulnerabilidade econômica impactam a vida de milhares de mulheres. No sistema de saúde, estão na linha de frente no combate ao Corona vírus, já que são maioria na área de enfermagem. Para as que estão no *home office* a jornada de trabalho é triplicada, pois não é possível equilibrar diversas atividades domésticas com o trabalho que antes era nas empresas e instituições e hoje é dentro da própria casa. Além de todo trabalho doméstico, como cuidar sozinha da casa, dos filhos e dos idosos que é imposto às mulheres, deixando-as cada vez mais sobrecarregadas.

De acordo com as Diretrizes para atendimento em casos de violência de gênero contra meninas e mulheres em tempos da pandemia da covid-19 da ONU Mulheres:

[...] as mulheres sofrem de forma desproporcional os impactos das crises econômicas e sociais que a estrutura patriarcal das sociedades mantém ativa a divisão sexual do trabalho que se expressa na distribuição desigual das atividades de cuidado e organização doméstica sobre as mulheres e trazem consigo a intensificação da violência contra meninas e mulheres em ambiente doméstico e familiar. (ONU MULHERES, 2020, p.5.)

A violência doméstica veio se intensificando com o passar dos meses em que vivemos de quarentena. Em isolamento, a vítima fica refém do agressor, sendo impedida de fazer qualquer denúncia ou até mesmo pedir ajuda aos familiares. Há trechos problemáticos no documento criado pelo ONU mulheres Gênero e covid-19 criada em março desse ano, por exemplo, quando afirma que “O impacto econômico da pandemia pode criar barreiras adicionais para deixar um parceiro violento, além de mais risco à exploração sexual com fins comerciais.” (ONU MULHERES, 2020, p. 2).

Por outro lado o mesmo documento avança quando recomenda que é necessário: “Adotar medidas de compensação direta para trabalhadoras informais, incluindo trabalhadoras da saúde, trabalhadoras domésticas, migrantes e dos setores mais afetados pela pandemia, para que seja possível manter a geração de renda e os meios de subsistência das mulheres mais afetadas.” (ONU MULHERES, 2020, p. 3).

De acordo com o documento *Policy Brief: The Impact of COVID-19 on Women* da ONU MULHERES

As mulheres podem estar em risco ou exposição devido a segregação sexual ocupacional: globalmente, mulheres constituem 70 por cento da força de trabalho em saúde e são mais propensas a serem profissionais de saúde da linha de frente, especialmente enfermeiras, parteiras e comunidade trabalhadores de saúde.(ONU MULHERES, 2020, p. 10)

Sendo assim, por serem maioria na linha de frente na luta contra a covid-19 nos mostra o quanto é importante a formulação de políticas públicas que favoreçam as mulheres, políticas que pensem a partir da realidade em que as mulheres vivem. Porém, é importante frisar que as mulheres representam uma parcela pequena comparada a dos homens nos espaços políticos, o que dificulta a elaboração de políticas públicas capazes de atender todas as mulheres de forma plena.

Na educação, cabe ressaltar também que a grande maioria de docentes são mulheres e que estão sobrecarregadas com as atividades escolares, planejamentos, aulas *on-line* e as atividades de casa. O teletrabalho passou a ser realidade de professoras (es) que compõem a educação infantil e fundamental I, já que sua grande maioria é composta por mulheres. Podemos observar o quanto esse denominado “novo normal” é prejudicial à saúde e a vida das professoras, que também se encontram na informalidade e vivem escancaradamente a precarização do seu trabalho, com o medo de perder o emprego, associada à pressão psicológica por parte das escolas para se adaptar em meio

a uma pandemia. De acordo com a pesquisa do Instituto Península realizada em março de 2020:

[...] diante dessas mudanças e incertezas, associadas às restrições de mobilidade da população, as demandas e expectativas que recaem sobre as professoras e professores aumentaram ainda mais, trazendo junto com elas sentimentos como medo, ansiedade e insegurança. (INSTITUTO PENÍNSULA, 2020, p. 6)

A pesquisa mostra também que docentes mulheres parecem estar ligeiramente mais preocupadas do que os docentes homens. O que confirma que quaisquer que sejam as crises, sejam elas políticas, econômicas, sanitárias ou religiosas, as mulheres sempre são mais impactadas durante esse processo. Então é preciso proteger e melhorar as condições de trabalho e vida dos grupos vulneráveis mais afetados durante estes momentos. Por isso se faz necessário a construção de políticas públicas sólidas e que contem com mulheres na elaboração das mesmas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de nossa investigação compreendemos que a base do sistema do capital é a extração de mais-valia. Então, nesse novo cenário comandado pelo mundo tecnológico, surgiu uma ilusão de que a classe trabalhadora gozaria de mais tempo livre e que o trabalho em casa seria mais produtivo e lucrativo, mas na verdade, as novas formas de reestruturação da sociedade resultaram na super exploração da força de trabalho, e na precarização estrutural e desigual no mundo do trabalho.

O trabalho produtivo é vital e determinante para a organização e dinâmica da vida social, mas a ideologia desse sistema não leva em consideração as necessidades humanas de sobrevivência, pois o sistema de metabolismo do capital é movido pelo lucro.

Na nova fase do sistema neoliberal experienciamos regimes de trabalhos flexíveis, intermitentes, uberizados, informais e outros. Esses regimes de trabalho são a nova estratégia para o sistema manter sempre a classe trabalhadora em produção, sem tempo para viver. Exemplificando as mulheres no contexto do trabalho *home office*, elas estabelecem jornadas simultâneas, entre atividades domésticas, abarcando todo o trabalho com os afazeres de casa e profissionais, com a disponibilidade na atividade profissional quase 24 horas.

Portanto, é problemática e delicada a situação das mulheres no contexto pandêmico, pois a cultura patriarcal reforça o lugar do homem na atividade produtiva e da mulher no mundo reprodutivo, ampliando a divisão racial e sexual no trabalho. E os modos de produção são reestruturadas para manter o sistema neoliberal intacto, em seus nuances classista, racista e patriarcal.

A luta das mulheres por sua emancipação é efetivamente uma ação contra as formas de opressão históricas e sociais, é uma luta atrelada entre gênero e classe, ou seja, a superação do sistema de metabolismo do capital.

Ao refletirmos sobre como as mulheres estão sobrevivendo as crises do capitalismo e a pandemia do Covid-19 nos deparamos com uma dura realidade, antes da pandemia as mulheres já tinham uma carga horária bem extensa, pois além de trabalhar fora, ainda realizavam os serviços domésticos de casa.

Com a pandemia é possível notar que essa mesma situação se intensificou ainda mais, deixando as mulheres extramentes sobregarregadas. Uma vez que elas encontram-se em sua grande maioria nos trabalhos que são voltados para os cuidados do outro, como cuidadora de idosos, serviços domésticos, técnicas de saúde, enfermeiras e babás. Outra área bastante explorada nesse período pandêmico é a dos docentes, na qual foi possível constatar a partir das pesquisas bibliográficas analisadas que as condições de trabalho das professoras ainda são mais desgastantes, gerando doenças como a ansiedade.

Cabe ressaltar que a violência contra a mulher aumentou drasticamente, visto que as vítimas não sofrem apenas com o confinamento junto aos seus agressores no interior de suas casas, mas também ao afastamento social dos amigos, familiares e das redes de apoio e proteção. O que torna ainda mais necessário a participação das mulheres na luta pelos seus direitos e nos processos políticos de tomadas de decisões, dado que o Brasil ainda anda a passos lentos com relação implementação de ações para conter os impactos que as mulheres estão sofrendo com a pandemia do Covid-19 e as crises do capitalismo.

Apresentado esse contexto situacional do aprofundamento da precariedade da crise, como alternativa de mudanças buscamos a superação das desigualdades de classe, gênero, raça. De modo central a preservação da vida, na ontologia do ser social, a nossa essência enquanto gênero humano seria o objetivo de luta. É crucial a adoção de políticas públicas nos âmbitos da educação, da economia, saúde, segurança para que essa divisão da sociedade seja efetiva.

De classe, pensamos o importante papel de trabalhadoras e trabalhadores na superação da alienação, organização social e luta pela substituição de um sistema que produz a desigualdade social. De gênero necessitamos buscar a abolição do patriarcado, para que nós mulheres sejamos respeitadas e não violentadas em âmbitos como o físico, mental, patrimonial e moral. De raça, cada vez mais é preciso pensar como (re)construir uma sociedade em que a cor da pele não venha influenciar o direito à vida digna, ao trabalho, a saúde, educação, direito de espaço e de voz, de maneira igualitária, inclusive para mulheres negras que nesse regime hegemônico, são constantemente invisibilizadas. Entendendo que as três dimensões precisam ser eliminadas em conjunto.

Nesse texto também buscamos além de enxergar de maneira crítica e na totalidade da situação, compreender a necessidade de uma nova forma de viver, que é possível buscar essa novo modelo produtivo que atenda às necessidades reais da nossa sociedade. Que deixemos de romantizar essa nova forma de viver como “novo normal” pois antes já vivíamos em condições de trabalho precárias, e com a pandemia essa situação apenas foi intensificada.

Desse modo, devemos lutar por uma outra forma de sociabilidade, um novo modelo de vida e um novo modo de produção baseado em atividades voltadas para as necessidades humanas e sociais.

REFERÊNCIAS

ANESP. **A guerra tem rosto de mulher: trabalhadoras da saúde no enfrentamento à Covid-19.** HERNANDES e VIEIRA Abril, 2020. Disponível em <<http://anesp.org.br/todas-as-noticias/2020/4/16/a-guerra-tem-rosto-de-mulher-trabalhadoras-da-sade-no-enfrentamento-covid-19>> Acesso em 18 de agosto de 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado.** São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. Ricardo. BRAGA. Ruy. **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual.** São Paulo: Boitempo, 2009.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/113467.htm Acesso em 28 de agosto de 2020.

COLEMARX. **Em defesa da educação pública comprometida com a igualdade social: porque os trabalhadores não devem aceitar aulas remotas.** Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE. Faculdade de Educação. Rio de Janeiro: UFRJ, 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil.** Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica, n.38. 2018. Disponível: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf Acesso: 20 Ago. 2020.

LEHER, Roberto. **Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo.** Outubro, v. 1, n. 3, p. 19-30, 1999.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista.** São Paulo: Expressão popular, 2005.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István, **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição;** tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011.

ORGANIZAÇÃO Internacional do Trabalho. **A abordagem da OIT sobre a Promoção da Igualdade de Oportunidades e Tratamento no Mundo do Trabalho.** Disponível em https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS_229490/lang--pt/index.htm. Acesso em: 01 Set. 2020.

ORGANIZAÇÃO Internacional do Trabalho. **À medida que a crise do emprego se agrava, OIT adverte que a recuperação do mercado de trabalho é incerta e incompleta.** Disponível: https://www.ilo.org/brasil/noticias/WCMS_749513/lang--pt/index.htm. Acesso em: 01 Set. 2020.

ONU Mulheres. **Diretrizes para atendimento em casos de violência de gênero contra meninas e mulheres em tempos da pandemia da covid-19.** Disponível: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Diretrizes-para-atendimento_ONUMULHERES.pdf. Acesso: 30 Ago. 2020.

ONU Mulheres. **Gênero e Covid-19 na América latina e no caribe: dimensões de gênero na resposta ao covid-19: os impactos e implicações são diferentes para mulheres e homens.** Disponível: <https://assets-institucional-ipc.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf> Acesso: 30 Ago. 2020.

ONU Mulheres. **PolicyBrief: The Impact of COVID-19 on Women.** Disponível: <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2020/04/policy-brief-the-impact-of-covid-19-on-women>. Acesso: 30 Ago.2020.

PENÍNSULA. Instituto. **Sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios do Coronavírus no Brasil.** Disponível: https://www.institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Pulso-Covid-19_-_Instituto-Peni%CC%81nsula.pdf> Acesso: 01 Set. 2020.

PORTARIA Nº 343, DE 17 DE MARÇO DE 2020. Diário Oficial da União. Publicado em: 18/03/2020 | Edição: 53 | Seção: 1 | Página: 39. **Órgão: Ministério da Educação/Gabinete do Ministro.** Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>> Acesso em 18 de agosto de 2020.

SOUSA, Nagela. **Da escola por correspondência na práxis revolucionária de Antônio Gramsci ao projeto mercadológico de educação à distância: uma análise mediada pela crítica marxista.** 2010. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará. 2010.

TONET, Ivo. **Método científico: uma abordagem ontológica.** – São Paulo: Instituto Lukács, 2013.